

SESAMM SERVIÇOS DE SANEAMENTO DE MOGI
MIRIM S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018

SESAMM SERVIÇOS DE SANEAMENTO DE MOGI MIRIM S.A.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações do fluxo de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao
Conselho de Administração e aos Acionistas da
Sesamm Serviços de Saneamento de Mogi Mirim S.A.
Mogi Mirim - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Sesamm Serviços de Saneamento de Mogi Mirim S.A. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sesamm Serviços de Saneamento de Mogi Mirim S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

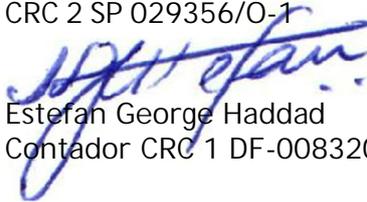


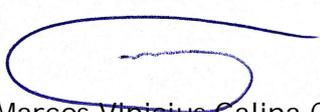
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 12 de março de 2019.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 029356/O-1


Estefan George Haddad
Contador CRC 1 DF-008320/O-5 - S - SP


Marcos Vinicius Galina Colombari
Contador CRC 1 SP 262247/O-8

SESAMM SERVIÇOS DE SANEAMENTO DE MOGI MIRIM S.A.

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota explicativa	2018	2017		Nota explicativa	2018	2017
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	14.706	10.077	Empréstimos e financiamentos	7	3.991	3.968
Contas a receber	5	1.194	1.673	Fornecedores		1.041	255
Ativo financeiro	6	9.208	8.860	Obrigações sociais		290	269
Outros créditos		67	53	Obrigações fiscais		129	96
Total do ativo circulante		25.175	20.663	Impostos diferidos	9	186	186
				Contas a pagar - partes relacionadas	8	59	12
Não circulante				Não circulante			
Ativo financeiro	6	64.286	63.793	Dividendos a pagar	10	1.335	643
Imobilizado		54	49	Total do passivo circulante		7.031	5.429
Intangível		8	8				
Total do ativo não circulante		64.348	63.850	Não circulante			
				Empréstimos e financiamentos	7	27.909	27.293
				Impostos diferidos	9	3.972	4.158
				Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	9.131	8.372
				Total do passivo não circulante		41.012	39.823
				Patrimônio líquido			
				Capital social	10	19.532	19.532
				Reserva de lucros		21.948	19.729
				Total do patrimônio líquido		41.480	39.261
Total do ativo		89.523	84.513	Total do passivo e patrimônio líquido		89.523	84.513

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

SESAMM SERVIÇOS DE SANEAMENTO DE MOGI MIRIM S.A.

Demonstrações do resultado

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota explicativa	2018	2017
Receita líquida	11	15.056	15.102
Custo do serviços prestados	12	(3.243)	(2.852)
Lucro bruto		11.813	12.250
Receitas/(despesas) operacionais			
Gerais e administrativas	12	(1.298)	(6.769)
Outras receitas, despesas operacionais líquidas		(2)	60
		(1.300)	(6.709)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		10.513	5.541
Resultado financeiro	13		
Receitas financeiras		652	1.268
Despesas financeiras		(2.690)	(2.830)
		(2.038)	(1.562)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		8.475	3.979
Imposto de renda e contribuição social - Corrente	14	(1.030)	(1.027)
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	14	(1.824)	(246)
		(2.854)	(1.273)
Lucro líquido do exercício		5.621	2.706
Lucro líquido por ação - básico e diluído	15	0,288	0,139

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

SESAMM SERVIÇOS DE SANEAMENTO DE MOGI MIRIM S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de Reais)

	2018	2017
Lucro líquido do exercício	5.621	2.706
Resultados abrangentes	5.621	2.706

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

SESAMM SERVIÇOS DE SANEAMENTO DE MOGI MIRIM S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Valores expressos em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros líquidos/(prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2017	19.532	1.092	16.574	-	37.198
Lucro líquido do exercício	-	-	-	2.706	2.706
Dividendos propostos	-	-	-	(643)	(643)
Reserva legal	-	135	-	(135)	-
Transferência para reserva de lucros	-	-	1.928	(1.928)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	19.532	1.227	18.502	-	39.261
Ajuste na adoção do CPC-48/IFRS-9	-	-	(2.067)	-	(2.067)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	5.621	5.621
Dividendos propostos	-	-	-	(1.335)	(1.335)
Reserva legal	-	281	-	(281)	-
Transferência para reserva de lucros	-	-	4.005	(4.005)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	19.532	1.508	20.440	-	41.480

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

SESAMM SERVIÇOS DE SANEAMENTO DE MOGI MIRIM S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de Reais)

	2018	2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	5.621	2.706
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	1.824	1.273
Depreciações e amortizações	14	14
Remuneração do ativo financeiro	(12.826)	(11.272)
Redução ao valor recuperável do ativo financeiro	3.132	-
Juros sobre empréstimos	2.594	2.827
	-	-
Variação nos ativos operacionais		
Contas a receber	479	5.025
Outros créditos	(11)	(10)
Ativo financeiro	5.720	8.508
Variação nos passivos operacionais		
Fornecedores e partes relacionadas	833	121
Obrigações sociais	20	15
Obrigações fiscais	1.063	(80)
Impostos diferidos	(187)	(186)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.030)	(1.027)
Juros pagos sobre empréstimos	(2.576)	(2.640)
Caixa gerado nas atividades operacionais	4.670	5.274
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	(19)	(2)
Baixa ativo imobilizado	-	1
Caixa aplicado nas atividades de investimentos	(19)	(1)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de dividendos	(643)	(2.042)
Empréstimo Bancário	2.000	-
Pagamento de principal	(1.379)	(1.297)
Caixa aplicado nas atividades de financiamento	(22)	(3.339)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	4.629	1.934
Caixa e equivalentes de caixa - no início do exercício	10.077	8.143
Caixa e equivalentes de caixa - no fim do exercício	14.706	10.077
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	4.629	1.934

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A Sesamm Serviços de Saneamento de Mogi Mirim S.A. ("Sociedade") foi constituída em 15 de agosto de 2008, tendo por objeto social específico e exclusivo cumprir o contrato de concessão, celebrado com o Município de Mogi Mirim, Estado de São Paulo, decorrente do Edital de Concorrência Pública nº 003/2008 relativo à prestação dos serviços de complementação da implantação do sistema de afastamento de esgoto e implantação e operação do sistema de tratamento de esgoto do Município, incluindo a disposição dos resíduos sólidos gerados, bem como a realização das atividades correlatas e exploração de fontes de receitas autorizadas no contrato de concessão, tais como a comercialização dos resíduos do tratamento de esgoto, a prestação de serviços de tratamento de efluentes às indústrias instaladas no Município e a reutilização do efluente final.

Os serviços de tratamento de esgoto prestados pela Sociedade são remunerados pela Prefeitura Municipal de Mogi Mirim ("Poder Concedente"), por intermédio do Serviço Autônomo de Água e Esgotos - SAAE, por meio da soma das seguintes parcelas:

- a) Remuneração dos investimentos mediante aplicação da tarifa do componente de investimento proposta pela Contratada, expressa em R\$/m³ de esgoto, aplicada ao volume de tratamento de esgoto ofertado em cada etapa da ETE, conforme previsto no Edital, de modo que a tarifa mensal relacionada à remuneração do investimento seja cobrada independentemente do volume de esgoto tratado;
- b) Remuneração da operação e manutenção mediante aplicação da tarifa do componente operacional proposta pela Contratada, expressa em R\$/m³ de esgoto, aplicada ao volume mensal de esgoto tratado medido na saída da ETE.

As receitas auferidas pelas atividades correlatas, quando existirem, e pela exploração de outras fontes de receita autorizadas serão computadas para redução da tarifa referente ao tratamento de esgoto na proporção de 30% sobre o lucro líquido advindo dessas atividades.

O contrato estabeleceu o prazo de concessão em 30 anos, com possibilidade de prorrogação e, extinta a concessão, os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à concessão retornam ao Poder Concedente.

Uma vez que o modelo do contrato de concessão é da forma não onerosa, a Sociedade não pagará ao Poder Concedente nenhum ônus fixo e/ou variável pela exploração dos serviços mencionados.

O valor estimado do contrato é de R\$ 286.109, composto pela remuneração dos investimentos e da operação do tratamento do esgoto. Cabe destacar, ainda, que o valor dos investimentos estimados a serem efetuados para execução das quatro fases do projeto de implantação do sistema de afastamento de esgoto e implantação e operação do sistema de tratamento de esgoto é da ordem de R\$ 103.069, dos quais já foi investido até 31 de dezembro de 2018, na primeira e segunda fase do projeto, o montante de R\$ 55.174, com os impostos sobre receitas de construção. A Sociedade estima que os investimentos adicionais para conclusão das quatro fases sejam de aproximadamente R\$47.895, líquidos dos impostos sobre receitas de construção.

A Sociedade entrou em operação no dia 14 de junho de 2012. Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 6, a taxa de retorno do investimento é de 15% e está de acordo com o retorno previsto para o negócio.

Em 14 de setembro de 2016 a Sociedade assinou o Termo Aditivo nº 213.03/2016 referente ao reequilíbrio econômico e financeiro do contrato pela comprovação de utilização de meios construtivos não previstos no projeto básico do edital. Esse aditivo tem o valor de R\$6.914 a serem pagos em 69 parcelas.

2. Base para preparação das demonstrações contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e incorporam as alterações trazidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 e os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Afirmamos que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas pela Administração da Sociedade na sua gestão.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em real (R\$), que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativa e julgamento

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: elaboração de projeções para realização dos ativos, determinação de taxa de desconto a valor presente utilizada na mensuração de certos ativos e passivos circulantes e não circulantes e determinação das receitas e custos de construção.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua pela Sociedade. Revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no período de sua revisão e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos e estimativas críticos referentes às práticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão conforme determinado pela interpretação técnica ICPC-01 - Contratos de Concessão, a Sociedade efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito a: aplicação da interpretação de contratos de concessão e determinação e classificação da remuneração da prestação de serviços de melhoria ou construção como ativo intangível ou ativo financeiro.

Determinação das receitas de construção

Quando executa ou contrata serviços de construção, a Sociedade deve reconhecer a receita de construção, quando realizada, pelo valor justo. A determinação do valor justo referente à parcela de construção requer a aplicação de julgamento e estimativas para determinação do montante a ser alocado como retorno das atividades de construção, com base no modelo econômico do contrato de concessão.

A receita de construção auferida e o custo de obra incorrido referem-se à construção da estação de tratamento de esgoto, emissários, coletores de esgoto e estação elevatória do Município de Mogi Mirim. As receitas e custos associados ao contrato de construção são reconhecidos tomando como base a proporção do trabalho executado até a data do balanço. A perda esperada no contrato de construção, quando aplicável, é reconhecida imediatamente como despesa.

O custo da obra é registrado com base nos valores efetivamente contratados de terceiros para a construção e é igual ao da receita, pois a Administração da Sociedade entende que o contrato firmado com o Município de Mogi Mirim (Poder Concedente) não prevê margem de lucro na construção.

Momento de reconhecimento do ativo financeiro

O ativo financeiro é registrado pelo seu valor justo em contrapartida à receita de construção com base nas características do contrato de concessão. Após o início das operações, o ativo financeiro passará a ser remunerado pela taxa de retorno de investimento prevista no modelo econômico preparado pela Administração com base nos termos do contrato de concessão.

3. Principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações contábeis são as seguintes:

3.1. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Sociedade é parte das disposições contratuais do instrumento.

Avaliação dos instrumentos financeiros, incluindo derivativos é registrada: (a) pelo seu valor justo por meio de resultado (VJR); e (b) pelo custo amortizado, atualizado conforme disposições legais ou contratuais, ajustado ao valor provável de realização, quando este for inferior.

i. Ativos financeiros

Os ativos financeiros da Sociedade estão classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado ou custo amortizado.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de ativos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os principais ativos financeiros da Sociedade incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e ativo financeiro da concessão.

a. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa estão a valor justo por meio do resultado. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Consistem basicamente em valores mantidos em caixa e bancos e outros investimentos de curto prazo, com liquidez imediata, em montante conhecido de caixa, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor, e vencimento e expectativa de utilização em período inferior a 90 dias.

b. Contas a receber

As contas a receber de clientes estão classificadas como custo amortizado. As contas a receber de clientes estão apresentadas a valores de realização e referem-se substancialmente aos serviços de tratamento de esgoto. São registradas com base nos valores nominais e não ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não resultarem em efeito relevante nas demonstrações contábeis.

A Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa é constituída, se necessário, com base em estimativas de perda.

c. Ativo financeiro da concessão

A Sociedade reconheceu um ativo financeiro resultante do contrato de concessão de serviços, conforme mencionado na nota explicativa nº 2.4. O recebível oriundo da remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias em um contrato de concessão de serviços é mensurado pelo valor justo mediante o reconhecimento inicial e está representado pelo direito de recebimento proporcional ao percentual executado das obras contratadas.

É medido subsequentemente pelo custo amortizado, ou seja, o valor inicialmente reconhecido mais os encargos financeiros cumulativos sobre esse valor calculado, utilizando o método dos juros efetivos menos as amortizações. A segregação do saldo entre o ativo circulante e não circulante é registrada com base no cronograma de recebimento determinado em contrato.

d. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Os ativos financeiros da concessão (representados pelas contas a receber do Poder Concedente) são avaliados por indicadores de sua redução ao valor recuperável no final de cada exercício. As perdas por redução dos ativos financeiros da concessão ao seu valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva de sua redução, como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido, após o reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

Um ativo financeiro é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiram;
A Sociedade transfere os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a empresa transfere substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a empresa não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transfere o controle sobre o ativo.

ii. Passivos financeiros

A Sociedade determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo. Após reconhecimento inicial, os passivos financeiros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa efetiva de juros.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros da Sociedade incluem fornecedores, empréstimos e financiamentos, partes relacionadas e outros passivos.

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos e financiamentos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (pro rata temporis). Os custos dos empréstimos são reconhecidos como despesas, de acordo com o regime contábil de competência, exceto quando atribuíveis a um ativo qualificável.

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor nominal e que equivale ao valor justo e, subsequentemente, quando aplicável, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

iii. Instrumentos financeiros - apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

iv. Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

Vide análise do valor justo de instrumentos financeiros na Nota Explicativa nº 17.

3.2. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis (passivos), acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias.

3.3. Imposto de renda e contribuição social

Apurados dentro dos critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente.

i. Impostos correntes

As provisões para imposto de renda e contribuição social estão baseadas na respectiva base tributável do exercício. A base tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas e despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

ii. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos, são registrados com base em saldo de base tributável negativa (ativo) e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis, quando aplicável, considerando as alíquotas de 25% para imposto de renda e de 9% para contribuição social.

3.4. Reconhecimento das receitas e despesas

As receitas e despesas de operação são apropriadas de acordo com o período de competência.

As receitas de operação são provenientes do sistema de tratamento de esgoto da cidade de Mogi Mirim e a receita de concessão pela remuneração do ativo financeiro.

As receitas relacionadas aos serviços de construção são reconhecidas pelo valor justo, baseadas no estágio de conclusão da obra realizada.

3.5. Receitas e despesas financeiras

Representadas, substancialmente, por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos.

3.6. Mudanças nas principais práticas contábeis

A Sociedade aplicou inicialmente o CPC 47/IFRS 15 e CPC 48/IFRS 9 a partir de 1º de janeiro de 2018. Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, mas não afetaram as demonstrações contábeis da Sociedade. O efeito da aplicação inicial dessas normas está descrito abaixo:

(i) IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes (CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente)

O CPC 47/IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. Ele substituiu o CPC 30/IAS 18 - Receitas, o CPC 17/IAS 11- Contratos de Construção e interpretações relacionadas. De acordo com o CPC 47/IFRS 15, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar o momento da transferência de controle - em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo - requer julgamento.

A Administração avaliou os possíveis impactos de adoção dessa norma, porém, não identificou impactos relevantes em suas operações.

(ii) IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (CPC 48 - Instrumentos Financeiros)

O CPC 48/IFRS 9 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38/IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. Como resultado da adoção do CPC 48/IFRS 9, temos os seguintes comentários:

a. Classificação e mensuração de ativos financeiros e passivos financeiros

O CPC 48/IFRS 9 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e valor justo por meio de resultado (VJR). A classificação de ativos financeiros de acordo com o CPC 48/IFRS 9 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. O CPC 48/IFRS 9 elimina as categorias antigas do CPC 38/IAS 39 de títulos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. De acordo com o CPC 48/IFRS 9, os derivativos embutidos em que o contrato principal é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de Reais)

Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido é avaliado para classificação como um todo. O CPC 48/IFRS 9 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38/IAS 39 para a classificação e mensuração de passivos financeiros.

A adoção do CPC 48/IFRS 9 não teve um efeito significativo nas políticas contábeis da Sociedade relacionadas a passivos financeiros e instrumentos financeiros derivativos. Para uma explicação de como a Sociedade classifica e mensura os instrumentos financeiros e contabiliza os ganhos e perdas relacionados conforme o CPC 48/IFRS 9, veja Nota explicativa nº 3.1.

A tabela a seguir e as notas explicativas abaixo explicam as categorias de mensuração originais no CPC 38/IAS 39 e as novas categorias de mensuração do CPC 48/IFRS 9 para cada classe de ativos e passivos financeiros da Sociedade em 1º de janeiro de 2018. O efeito da adoção do CPC 48/IFRS 9 sobre os valores contábeis dos ativos financeiros em 1º de janeiro de 2018 está relacionado apenas aos novos requerimentos de redução ao valor recuperável.

IAS 39 / CPC 38	IFRS 9 / CPC 48
VJR (mantido para venda)	VJR (residual)
Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Mantido até o vencimento	VJORA para dívidas
Disponível para venda (residual)	VJORA para instrumento de patrimônio

b. Impairment de ativos financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 substitui o modelo de 'perdas incorridas' da IAS 39 por um modelo de 'perdas de crédito esperadas'. O novo modelo de redução ao valor recuperável aplica-se aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ativos de contratos e instrumentos de dívida mensurados ao VJORA, mas não a investimentos em instrumentos patrimoniais. Nos termos do CPC 48 / IFRS 9, as perdas de crédito são reconhecidas mais cedo do que no CPC 38 / IAS 39. Espera-se que as perdas por redução ao valor recuperável de ativos incluídos no escopo do modelo de redução ao valor recuperável do CPC 48 / IFRS 9 aumentem e tornem-se mais voláteis.

A Administração da Sociedade optou por avaliar as estimativas de perdas de créditos esperadas ao longo da vida determinada pelo Termo de Contrato, citado em Nota Explicativa nº 1, relacionado ao contas a receber do ativo financeiro. O estudo considerou os fluxos de caixas devidos à Sociedade, de acordo com o Termo de Contrato, e mensurou a perda esperada de acordo com: (i) a análise de default histórico (perdas incorridas); (ii) risco da região dos ativos financeiros; e (iii) curva de spreads de crédito.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de Reais)

A partir deste estudo foram gerados fatores de perdas estimadas aplicados sobre os montantes do contas a receber do ativo financeiro que geraram as perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa (impairment), conforme mencionado na Nota Explicativa nº 6.

A adoção desta nova norma gerou os seguintes impactos no patrimônio líquido da Sociedade:

	Impacto da adoção do CPC-48 (IFRS 9)
Aumento nas perdas estimadas com contas a receber do ativo financeiro	3.132
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	(1.065)
Impacto em 01 de janeiro de 2018	<u>2.067</u>

Transição

As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção do CPC-48 / IFRS 9, foram aplicadas retrospectivamente, exceto pelas situações descritas a seguir:

A Sociedade aproveitou a isenção que lhe permite não rerepresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de créditos esperadas). As diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros, resultantes da adoção do CPC-48 / IFRS-9, foram reconhecidas na reserva de lucros, classificada no patrimônio líquido, em 1º de janeiro de 2018.

Para outros ativos financeiros não foram identificados impactos relevantes. Os ativos são analisados individualmente pela Sociedade de acordo com as informações disponíveis para mensuração, e são realizadas avaliações dos efeitos de perdas de crédito esperadas.

3.7. Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações ainda não em vigor

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019. A Sociedade não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações contábeis.

(i) IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil (CPC 06 (R2) - Arrendamento Mercantil

A nova norma substitui o IAS 17 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações e determina que os arrendatários passem a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de Reais)

Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações contábeis dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. Essa norma entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019.

A Administração está em processo de avaliação dos impactos da adoção da referida norma em suas demonstrações contábeis, porém, não espera ter efeitos relevantes.

(ii) Outras normas

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Sociedade:

- IFRIC 23/ICPC 22 Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro;
- Características de Pré-Pagamento com Remuneração Negativa (Alterações na IFRS 9);
- Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto (Alterações no CPC 18(R2) / IAS 28);
- Alterações no Plano, Reduções ou Liquidação do Plano (Alterações no CPC 33 / IAS 19);
- Ciclo de melhorias anuais nas normas IFRS 2015-2017 - várias normas; e
- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS. - IFRS 17 Contratos de Seguros.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações contábeis da Sociedade.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Representados por:

	2018	2017
Caixa e bancos	1.504	613
Aplicações financeiras	13.202	9.464
Total	14.706	10.077

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Essas aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósito Bancário (CDB) e são remuneradas entre 96% a 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de Reais)

5. Contas a receber

Representados por:

	2018	2017
Contas a receber (a)	1.247	1.726
Contas a receber (b)	6.613	6.613
Perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa	(6.666)	(6.666)
Total	<u>1.194</u>	<u>1.673</u>
Ativo circulante	<u>1.194</u>	<u>1.673</u>
Total	<u>1.194</u>	<u>1.673</u>

- (a) Representa valores a receber do SAAE referentes à medição da estação de tratamento de esgoto.
- (b) Representa o saldo a receber da Prefeitura Municipal de Mogi Mirim referente ao reequilíbrio econômico financeiro do contrato de concessão assinado em 14 de setembro de 2016, cujo valor foi reconhecido a valor presente.

O prazo médio das contas a receber do SAAE é de 30 dias. Em 31 de dezembro de 2018, não existem saldos de contas a receber dados em garantia. Em caso de inadimplência do consumidor final, o risco é do Poder Concedente.

Foi constituído provisão para perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa referente ao saldo a receber da Prefeitura Municipal de Mogi Mirim devido a suspensão do pagamento.

O saldo de contas a receber de clientes em 31 de dezembro de 2018 está distribuído conforme a seguir:

	2018
Vencidas	
Acima de 365 dias	<u>6.613</u>
	6.613
A vencer:	
A vencer até 30 dias	1.194
A vencer até 90 dias	53
Total	<u>1.247</u>
Perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa	(6.666)
Total de contas a receber de clientes	<u>1.194</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de Reais)

6. Ativo financeiro

Representados por:

	2018	2017
Custo de investimento	55.174	53.248
Recebimentos	(49.593)	(40.741)
Ajuste pela taxa de retorno (a)	71.045	60.146
Impairment - ativo financeiro	(3.132)	-
Total	<u>73.494</u>	<u>72.653</u>
Ativo circulante	9.208	8.860
Ativo não circulante	64.286	63.793
Total	<u>73.494</u>	<u>72.653</u>

- (a) Refere-se ao valor cumulativo de atualização a valor presente do ativo à taxa de 15% ao ano (16,09% ao ano em 2017), a qual foi calculada pela Administração para definição do valor justo do ativo, considerando o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a ele associadas e o retorno do investimento realizado pela Sociedade.

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 3.6, em 1º de janeiro de 2018, com a adoção ao CPC 48 (IFRS 9), a Administração da Sociedade revisou o seu modelo de redução ao valor recuperável de seu ativo financeiro e considerou um aumento significativo e tornou mais voláteis, assim, fazendo-se necessário o reconhecimento retrospectivo de ajuste de impairment no montante de R\$ 3.132 mil.

A taxa de retorno do investimento é apurada no modelo econômico-financeiro elaborado pela Administração com base nas premissas do contrato de concessão. Essa taxa resulta da contraposição entre a parcela fixa da remuneração pelos investimentos nas obras que compõem o contrato de Concessão até o fim do contrato de concessão e o gasto efetivo com investimento realizado somado à estimativa de gastos adicionais para cumprimento das obrigações do contrato de concessão.

A remuneração pelo investimento é atualizada anualmente pelo Índice Nacional da Construção Civil - INCC conforme previsto em contrato. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 a parcela fixa anual para remuneração do investimento foi de R\$ 8.852. A parcela fixa é decorrente da receita de concessão que remunera o capital investido e a parcela variável é a receita de operação pelo volume de esgoto tratado.

Os gastos com investimentos são adicionados ao ativo financeiro quando incorridos. Com base nas estimativas elaboradas pela Administração, são estimados gastos adicionais de aproximadamente R\$ 47.895, distribuídos ao longo do período residual do contrato de concessão, para atendimento de 100% do esgoto recebido pelo investimento nas obras conforme previsto nas obrigações contratuais.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de Reais)

A expectativa de realização da totalidade dos créditos é como segue:

Exercício a findar em	2018
2019	9.208
2020	9.578
2021	11.627
2022	15.494
Após 2022	27.587
Total	73.494

7. Empréstimos e financiamentos

Representados por:

Instituição financeira	Encargos financeiros	Vencimento	2018		2017	
			Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Caixa Econômica Federal	(*) TR + 8,30% a.a.	12/07/32	3.968	25.909	3.968	27.293
Banco Santander Brasil S.A.	(**) IPCA + 7,28% a.a.	15/08/23	23	2.000	-	-
			3.991	27.909	3.968	27.293

(*) TR - Taxa Referencial de Juros.

(**) IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

O financiamento contratado com a Caixa Econômica Federal, em 3 de setembro de 2010, no montante de R\$35.063 tem como objetivo permitir à Sociedade a realização dos investimentos compromissados quando da obtenção da concessão. A primeira liberação de recursos referente a esse contrato ocorreu em 3 de março de 2011. Esse contrato tem um prazo de carência de 22 meses a partir da data de contratação, com pagamento de juros trimestrais. Após o prazo de carência, os juros e o principal serão pagos mensalmente até julho de 2032.

Nesse contrato de financiamento existem cláusulas restritivas denominadas "covenants", relativas ao nível de endividamento da Sociedade e cumprimento de obrigações acessórias, que são aplicáveis desde julho de 2013, quando encerrou o período de carência do contrato.

A Sociedade assumiu, entre outros, os seguintes compromissos de caráter econômico-financeiro constante no contrato ("covenants"):

- Realizar aporte em dinheiro no capital social, de forma a manter a relação entre o saldo devedor e o PL na proporção de 80/20;
- Manter o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD em no mínimo 1,30, sendo o ICSD definido por: EBITDA (-) imposto de renda (-) contribuição social (-) investimento (+) empréstimos (+) aportes de capital (+/-) variação no capital de giro/ amortização de principal + pagamento de juros e EBITDA definido por: Lucro líquido + Despesa (receita) financeira líquida + Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social + Depreciação e amortização + Outras Despesas (receitas) líquidas não operacionais;

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
 Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
 (Valores expressos em milhares de Reais)

- Endividar-se até 1/12 do seu faturamento bruto anual ou até o valor correspondente a três prestações mensais imediatamente anteriores à data do endividamento;
- Não distribuir quaisquer recursos aos acionistas, sob a forma de dividendos, juros sobre o capital próprio, pagamento de juros e/ou amortização de dívida subordinada e/ou redução de capital e, participação nos resultados e honorários a qualquer título durante o período de amortização, estando autorizada a distribuição dos referidos recursos desde que seja atendido o Índice de Cobertura de Serviço da Dívida (ICSD) mínimo de 1,30

O financiamento contratado com o Banco Santander Brasil S.A., em 16 de julho de 2018, na modalidade BNDES Giro, no montante de R\$ 2.000, tem como objetivo, aquisição de sistema fotovoltaico e instalação do mesmo, na Estação de Tratamento de Esgoto no município de Mogi Mirim. A liberação do recurso ocorreu em 30 de agosto de 2018. O prazo total do contrato é de 60 meses com 24 meses de carência e 36 meses de amortização. Durante o período de carência, o contrato prevê pagamento trimestrais dos encargos. Após esse período, os encargos e principais serão pagos mensalmente. O vencimento final do contrato será em 15 de agosto de 2023.

A sociedade assumiu, entre outros, os seguintes compromissos de caráter econômico-financeiro constante do contrato, sendo o seu vencimento antecipado se:

- Contratar novos endividamentos, empréstimos ou qualquer modalidade de financiamento, cujo valor seja superior a 5MM, sem aprovação prévia, exceto para reperfilhamento de dívida;
- Redução de capital social da emissora/avalista que afetem substancialmente a capacidade de pagamento da dívida;
- Razão entre DFL (Dívida Financeira Líquida) e EBITDA a ser apurado anualmente deverá ser menor ou igual a 3,5x durante a vigência do contrato.

Em 31 de dezembro de 2018 a Sociedade cumpriu todas as cláusulas restritivas (covenants), quando exigidas, vigentes relativas ao contrato de financiamento.

As parcelas de longo prazo apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

	(R\$)
2020	4.216
2021	4.453
2022	4.888
2023	4.747
Após 2023	9.605
Total	<u>27.909</u>

SESAMM SERVIÇOS DE SANEAMENTO DE MOGI MIRIM S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de Reais)

8. Contas a pagar - partes relacionadas

Representados por:

	2018	2017
GS Inima Brasil Ltda.	59	12
Contas a pagar - partes relacionadas	<u>59</u>	<u>12</u>

9. Impostos diferidos

Representado por:

	2018	2017
PIS - diferido	737	770
COFINS - diferido	3.421	3.574
Total dos impostos diferidos	<u>4.158</u>	<u>4.344</u>
Passivo circulante	186	186
Passivo não circulante	3.972	4.158
Total	<u>4.158</u>	<u>4.344</u>

O Programa de Integração Social - PIS e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS diferidos são calculados tomando por base as receitas apropriadas ao resultado dos exercícios que não foram realizadas financeiramente. O recolhimento será efetuado à medida dos respectivos recebimentos, em conformidade com o estabelecido pelo critério fiscal adotado pela Sociedade.

10. Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2018, o valor do capital social integralizado é de R\$ 19.532 e está representado por 19.532.409 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal e assim distribuídas:

	Ações ordinárias	% Participação
GS Inima Brasil Ltda.	11.133.473	57
Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP	7.031.668	36
ECS Operações e Participações Ltda.	1.367.268	7
	<u>19.532.409</u>	<u>100</u>

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de Reais)

Reservas de lucros e distribuição de dividendos

A reserva legal é constituída em conformidade com a legislação societária na base de 5% do lucro líquido do exercício, quando existir, até atingir 20% do capital social ou 30% do saldo do capital mais as reservas.

O estatuto da Sociedade prevê a distribuição de dividendos mínimos anuais obrigatórios de 25% sobre o lucro líquido, quando existirem, conforme definido pela Lei das Sociedades por Ações.

O saldo de lucros acumulados é alocado à reserva de retenção de lucros, sendo sua distribuição definida em Assembleia Geral Ordinária e/ou Extraordinária.

A totalidade dos dividendos distribuídos referente ao lucro apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, no montante de R\$ 1.335, é referente aos dividendos mínimos obrigatórios e será pago aos acionistas ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

O cálculo dos dividendos obrigatórios, em 31 de dezembro de 2018, está demonstrado a seguir:

	2018
Lucro líquido do exercício	5.621
Reserva legal de 5% do lucro	(281)
Base de cálculo	5.340
Dividendos estatutários obrigatórios	25%
Dividendos propostos	1.335

A composição dos dividendos a pagar, está demonstrada a seguir:

	2018
GS Inima Brasil Ltda.	761
Companhia de Saneamento Básico do Estado de SP - SABESP	481
ECS - Operações e Participações Ltda.	93
Dividendos a pagar	1.335

11. Receita Líquida

São representadas por:

	2018	2017
Receita Líquida	15.056	15.102

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de Reais)

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada nas demonstrações do resultado dos exercícios é como segue:

	2018	2017
Receita de tratamento de esgoto	5.114	4.912
Receita do ativo financeiro	10.899	11.245
Receita de construção	148	-
PIS	(230)	(220)
COFINS	(1.061)	(1.021)
Reversão PIS / COFINS s/ receita de construção	186	186
Receita líquida	<u>15.056</u>	<u>15.102</u>

12. Custos e despesas por natureza

	2018	2017
Custos		
Pessoal	790	714
Materiais	497	513
Serviços prestados	1.012	909
Energia Elétrica	719	687
Outros custos	225	29
Total de custos	<u>3.243</u>	<u>2.852</u>

	2018	2017
Despesas		
Remuneração de dirigentes	88	84
Pessoal	382	358
Materiais	15	18
Serviços prestados	357	377
Perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa	-	5.504
Outros gastos	456	428
Total de despesas	<u>1.298</u>	<u>6.769</u>

	2018	2017
Outras receitas e despesas operacionais		
Outras receitas operacionais	2	60
Total de outras receitas e despesas operacionais	<u>2</u>	<u>60</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de Reais)

13. Resultado financeiro

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receitas financeiras:		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	652	775
Ajuste a valor presente	-	493
Total das receitas financeiras	<u>652</u>	<u>1.268</u>
Despesas financeiras:		
Despesas bancárias	(41)	(3)
Juros pagos ou incorridos	(2.595)	(2.827)
Despesas com Financiamentos	(22)	-
Impostos s/ Receita Financeira	(32)	-
Total das despesas financeiras	<u>(2.690)</u>	<u>(2.830)</u>
Resultado financeiro	<u>(2.038)</u>	<u>(1.562)</u>

14. Imposto de Renda e Contribuição Social

I. Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Base do ativo		
Prejuízo fiscal e base de contribuição social negativa	164	1.513
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	6.666	5.504
Participação nos resultados	161	147
Impairment - ativo financeiro	3.132	-
Base do passivo		
Ajustes referentes as diferenças entre práticas contábeis fiscais e societárias (a)	(30.850)	(26.819)
Lucro diferido (b)	(6.131)	(4.969)
Base de Cálculo	<u>(26.858)</u>	<u>(24.624)</u>
Alíquota nominal (%)	34%	34%
Total	<u>(9.131)</u>	<u>(8.372)</u>

- a) Referem-se aos ajustes decorrentes da adoção inicial das alterações de práticas contábeis adotadas no Brasil, relacionadas ao reconhecimento do ativo financeiro, principalmente em relação à diferença do imobilizado fiscal e ativo financeiro;
- b) Referem-se ao lucro diferido decorrente do reconhecimento do reequilíbrio econômico financeiro do contrato de concessão a ser recebido da Prefeitura Municipal de Mogi Mirim.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de Reais)

II. Reconciliação do Imposto de renda e contribuição social

A reconciliação do imposto de renda e da contribuição social, correntes e diferidos, calculados com base nas alíquotas nominais, é como segue:

	2018	2017
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	8.475	3.979
Alíquota combinada vigente	34%	34%
Despesa de imposto de renda e contribuição social calculada à alíquota vigente	(2.882)	(1.353)
Ajuste para a alíquota vigente		
Outros ajustes	28	80
Imposto de renda e contribuição social contabilizados	<u>(2.854)</u>	<u>(1.273)</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social composto por		
	2018	2017
Correntes	(1.030)	(1.027)
Diferidos	(1.824)	(246)
Total	<u>(2.854)</u>	<u>(1.273)</u>

15. Lucro por ação

As tabelas a seguir reconciliam o lucro líquido e a média ponderada do valor por ação, utilizados para o cálculo do lucro líquido básico e diluído por ação.

	2018	2017
Básico		
Lucro líquido do exercício	5.621	2.706
Número de ações ao fim do exercício (em milhares)	19.532	19.532
Lucro líquido por ação - básico - R\$	<u>0,288</u>	<u>0,139</u>
Diluído		
Lucro líquido utilizado na apuração do prejuízo básico por ação	5.621	2.706
Quantidade média ponderada de ações ordinárias utilizadas na apuração do prejuízo diluído por ação (em milhares)	19.532	19.532
Lucro líquido por ação - diluído - R\$	<u>0,288</u>	<u>0,139</u>

Não há diferença entre o lucro básico e diluído por ação por não ter havido durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de Reais)

16. Demonstrações dos fluxos de caixa

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na Nota Explicativa nº 4.

b) Informações suplementares

	2018	2017
Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa:		
Dividendos propostos e não pagos	1.335	643
	1.335	643

17. Instrumentos financeiros

17.1. Exposição a riscos cambiais

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Sociedade não apresentava saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

17.2. Exposição a riscos de taxas de juros

A determinação do valor justo ("fair value") do instrumento financeiro contratado pela Sociedade é efetuada com base em metodologia padrão de mercado e com base em informações obtidas com a instituição contratada.

17.3. Análise de sensibilidade

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TR, que apresenta baixa volatilidade e impacto nos juros sobre os empréstimos. Em função da não relevância da informação, a Administração não efetuou análise de sensibilidade.

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da CDI, relativos a aplicações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2018, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre o saldo líquidos das aplicações financeiras.

	Cenário I (Provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+ 50%)
Indicadores			
CDI	6,42%	8,03%	9,63%
Receita de aplicações financeiras	848	916	929

- Fonte dos índices: Relatório Focus - BACEN.

17.4. Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Sociedade a concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, em caixa e bancos, aplicações financeiras e contas a receber.

A Sociedade mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

17.5. Valor contábil e valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros da Sociedade, em 31 de dezembro de 2018, representam o valor justo ou o custo amortizado para os empréstimos e financiamentos, uma vez que a natureza e característica das condições contratadas estão refletidas nos saldos contábeis. Os saldos elegíveis são ajustados a valor presente.

18. Cobertura de seguros

A Sociedade adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e relevância, levando em conta a natureza de sua atividade e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2018, as coberturas de seguros são resumidas, conforme a seguir:

<u>Modalidade de seguro</u>	<u>Riscos cobertos</u>	<u>Limites de indenização</u>
Todos os riscos	Riscos operacionais	10.000
Civil	Responsabilidade civil	3.000
Seguro-garantia	Garantia do contrato de concessão	8.365

19. Eventos subsequentes

A Sociedade não identificou eventos subsequentes as demonstrações contábeis que necessitam ser divulgados.

20. Aprovação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração da Sociedade e autorizadas para emissão em 12 de março de 2019.